

DESTAQUES DA SEMANA Tecnologia da Informação

29 de janeiro a 2 de fevereiro de 2024

Nesta Edição

- △ [Atividades da Assespro Nacional](#)
- △ [Proteção de Dados](#)
- △ [5G no Brasil](#)
- △ [Segurança Cibernética](#)
- △ [Inteligência Artificial](#)
- △ [Inclusão Digital](#)
- △ [Transformação Digital](#)
- △ [Educação](#)
- △ [Mídias Sociais](#)
- △ [PD&I](#)
- △ [Economia & Tributário](#)
- △ [Administração Pública](#)
- △ [Política](#)
- △ [Consultas & Compras Públicas](#)
- △ [Nomeações](#)
- △ [Agendas de Destaque](#)

Atividades da Assespro Nacional

A **Federação Assespro** se reuniu, nesta terça-feira (30), com a diretora interina do Departamento de Ciência, Tecnologia e Inovação Digital do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), **Eliana Emediato**, para discutir a revisão da [Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial \(EBIA\)](#). Durante o encontro, foi confirmado que a Federação será convidada a participar de oficinas de debate sobre o tema, juntamente com outras entidades do setor privado, a serem realizadas no final de fevereiro. A diretora informou que o processo de revisão teve início em dezembro de 2023, com a participação de membros da academia, e que a intenção é apresentar uma nova proposta em maio, podendo haver prorrogação do prazo. As **melhorias almejadas** incluem a identificação dos desafios da EBIA, reformulação dos Eixos Temáticos, incorporação da segurança cibernética, ajuste das metas, consideração sobre o financiamento das ações e aprimoramento da governança da estratégia.

Proteção de Dados

- **Zanin dá prazo de 10 dias para Congresso apresentar propostas de regulamentação de softwares espões.** O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), **Cristiano Zanin**, solicitou ao Congresso Nacional informações sobre a regulamentação do uso de softwares espões para monitoramento virtual de cidadãos. A ação foi protocolada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) e ocorre no contexto das investigações da Polícia Federal (PF) sobre o suposto aparelhamento da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) durante a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro. Cristiano Zanin estipulou um prazo de 10 dias para apresentação de propostas legislativas sobre a regulamentação dos softwares espões, e a Advocacia-Geral da União (AGU) e a PGR terão 5 dias para se manifestar. O pedido também inclui a criação de normas temporárias para o uso dessas ferramentas até a regulamentação definitiva por parte do Legislativo. Com informações de: [O Estado de S. Paulo](#)

5G no Brasil

- **ISPs podem mostrar à Aneel a importância da resolução de postes, diz Coimbra.** A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) está em discussão sobre a resolução conjunta que trata do compartilhamento de postes, e as associações de telecomunicações e provedores estão se mobilizando para convencer os diretores do órgão regulador sobre a importância da norma para a expansão do acesso à internet. O conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), **Arthur Coimbra**, indicou durante evento em Florianópolis que o setor pode fornecer informações à Aneel, enquanto o texto volta à pauta do regulador elétrico em março. Coimbra ressaltou a relevância da norma para a viabilidade da expansão da internet no Brasil e a segurança dos cidadãos, e destacou a abertura da Aneel para levar mais dados e informações para uma decisão embasada.
 - » A divergência sobre a obrigação das concessionárias de energia de ceder o direito de exploração comercial dos postes tem atrasado a decisão da Aneel. Mesmo que a resolução seja aprovada, o preço do ponto de fixação do cabo de telecomunicações no poste, que é o tema mais sensível para as operações dos provedores de serviços de internet (ISPs), deve demorar para ser definido, com previsão de uma consulta pública ainda neste ano. Com informações de: [Tele.Síntese](#)
- **Nova diretoria assume a Eace.** A Entidade Administradora da Conectividade de Escolas (Eace) tem uma nova diretoria: Flávio Santos, profissional de TI, é o novo CEO da entidade, que também conta com um novo CFO, Carlos Saldanha, na área de Finanças. A nova diretoria foi apresentada ao Grupo de Acompanhamento do Custeio a Projetos de Conectividade de Escolas (Gape), responsável por estabelecer diretrizes e fiscalizar as atividades da entidade, nesta quarta-feira (31). Com informações de: [Tele.Síntese](#)

Segurança Cibernética

- **ANPD faz análise sobre cidades digitais no Brasil e riscos à privacidade.** A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) divulgou a primeira edição do Radar Tecnológico, uma série de publicações técnicas. O foco deste primeiro volume é nas cidades inteligentes, destacando os riscos associados ao uso de dados pessoais e os impactos na privacidade. O relatório apresenta os benefícios das cidades inteligentes, mas também levanta preocupações em relação à segurança e privacidade dos dados pessoais, além de analisar o contexto brasileiro e discutir perspectivas futuras. Segundo a ANPD, as cidades inteligentes serão palco de debates sobre privacidade e segurança cibernética, consolidando a importância de um aparato institucional para fazer cumprir a legislação de proteção de dados. A publicação visa destacar o papel da Autoridade Nacional de Proteção de Dados no processo evolutivo das cidades inteligentes brasileiras, seja orientando, seja fazendo cumprir a legislação de proteção de dados. Com informações de: [Convergência Digital](#)

Inteligência Artificial

- **Presidente do STF fala sobre inteligência artificial na sessão de abertura da Corte Interamericana de Direitos Humanos.** A palestra magna do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), **Luis Barroso**, na cerimônia de Inauguração do Ano Judicial Interamericano, realizada na sede da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), em São José, na Costa Rica abordou a relação entre a inteligência artificial e os direitos humanos, com ênfase no Brasil e no mundo. Entre os tópicos abordados, destacam-se a necessidade de regulação das plataformas digitais e da inteligência artificial em diferentes aspectos, como a proteção de dados, enfrentamento da desinformação deliberada e perigosa, além dos impactos potenciais da IA sobre a democracia, os direitos fundamentais e a sociedade em geral. A palestra também evidenciou a importância de se encontrar um ponto de equilíbrio entre a preservação da inovação e a mitigação de riscos, ressaltando a urgência de ações que visem à conscientização de governos, plataformas digitais e sociedade civil sobre as medidas necessárias para garantir que esses avanços sirvam às causas da humanidade, da democracia e dos direitos fundamentais. Com informações de: [ASCOM STF](#)

Inclusão Digital

- **Conectividade significativa é prioridade na reunião do Grupo de Trabalho Economia Digital do G20.** O Ministério das Comunicações (MCom) marcou presença na reunião do Grupo de Trabalho Economia Digital do G20, que aconteceu nos dias 31 de março e 1º de abril. O debate girou em torno da necessidade de incluir digitalmente cerca de 1/3 da população mundial que não possui acesso à internet ou possui conexão precária. Foi discutido o conceito de “Conectividade Significativa” como um parâmetro mínimo para garantir experiências online seguras, enriquecedoras e produtivas a um custo acessível. O **objetivo** é garantir que mais pessoas tenham acesso e qualidade na economia digital. Também foram abordados temas

como Governo Digital, Integridade da Informação e Inteligência Artificial. A reunião também definiu que o MCom ficará responsável por liderar o tema de Conectividade Significativa, em parceria com a União Internacional de Telecomunicações (UIT), em próximas reuniões do GT de Economia Digital, que estão marcadas para abril, junho e setembro deste ano.

- » As políticas que garantem conectividade significativa foram consideradas de entendimento quase automático, enquanto a regulação de inteligência artificial e *fake news* foi apontada como pontos de debate. A proposta é que um consenso entre as 20 maiores economias do mundo possa influenciar o debate internacional. Além disso, questões como inclusão digital e governo digital foram discutidas, buscando diretrizes para harmonizar os dados de conectividade e boas práticas de compartilhamento de dados em nível nacional entre governo, setor privado e terceiro setor. No debate sobre desinformação, também foram propostos mapeamento do tratamento do tema em diferentes contextos e possíveis caminhos para enfrentar o problema. Já em relação a IA, a intenção é reduzir desigualdades entre os países no desenvolvimento dessa tecnologia e criar ferramentas de mapeamento de capacidades de IA entre os países.
- » O coordenador-geral de Políticas Públicas para Serviços de Telecomunicações do MCom, **Daniel Cavalcanti**, explicou que o grupo está trabalhando em indicadores para harmonizar e comparar o nível de conectividade significativa em diferentes países. Já o diretor de ciência e tecnologia do Itamaraty, **Luciano Mazza**, destacou que o objetivo do encontro é buscar convergências e aproximação de posições relevantes para a agenda digital internacional. Com informações de: [ASCOM MCOM](#) e [Convergência Digital](#)

Transformação Digital

- **Verba para setor privado pode alcançar Ceitec indiretamente, avalia secretário.** A empresa pública Ceitec (Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada), dedicada ao setor de semicondutores, está passando por um processo de reestruturação enquanto o governo brasileiro planeja disponibilizar recursos para a iniciativa privada a partir da Nova Indústria Brasil (NIB). Um dos objetivos dessa política é incentivar o desenvolvimento de chips no Brasil. De acordo com o secretário de Ciência e Tecnologia para a Transformação Digital do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), **Henrique de Oliveira Miguel**, essa medida pode, futuramente, estimular um retorno indireto à estatal, através da formação do ecossistema local de produção.
 - » A previsão, segundo [Plano de Ação da NIB](#), é de disponibilizar **R\$ 180 milhões** para empresas de todos os portes e instituições de pesquisas entre 2024 e 2026, em apoio a 3 etapas da produção de semicondutores. A Ceitec, que está retornando suas operações, também pode se beneficiar indiretamente desses recursos no futuro, através de projetos que levem em conta a perspectiva de fabricação de componentes desenvolvidos no Brasil. Um dos [chamamentos públicos](#) já anunciados pelo MCTI prevê um investimento de **R\$ 100 milhões** via recursos não reembolsáveis do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Com informações de: [Tele.Síntese](#)
- **6G: Regulação deve se aproximar do desenvolvimento tecnológico.** Durante uma palestra online promovida pelo Centro de Altos Estudos em Comunicações Digitais e Inovações Tecnológicas (Ceadi), da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), o membro do Conselho Superior **Sandro Mendonça** recomendou que o regulador brasileiro se aproxime mais

do desenvolvimento tecnológico para alcançar melhores expectativas com o 6G. Ele destacou a importância da política pública em apoiar e encorajar os pesquisadores brasileiros a estarem mais perto das comunidades científico-tecnológicas. A coordenadora da Superintendência de Outorgas e Recursos à Prestação da Anatel, **Luciana Ferreira**, também ressaltou que o sandbox regulatório pode permitir a integração experimental das tecnologias das redes móveis terrestres com as constelações de baixa órbita de satélites para expandir a cobertura da rede móvel para áreas remotas.

- » Além disso, foi discutida a atribuição de novas faixas de frequências para esta integração, que é um dos temas a serem estudados no ciclo 2024-2027 do *Bureau* de Radiocomunicações da UIT-R. Mendonça enfatizou que a compreensão de requisitos e padrões do IMT-2030 (6G) nos próximos três anos é crucial. Ele também destacou a importância de temas paralelos, como sustentabilidade e segurança, no desenvolvimento do 6G. A produção acadêmica sobre o 6G tem sido liderada por países como China, Estados Unidos, Índia e Reino Unido, com parcerias de pesquisadores brasileiros com diversos países, incluindo a Finlândia, China, Portugal, França, Estados Unidos e Reino Unido. Na associação de países de língua portuguesa, a Arctel, presidida pelo Conselheiro Diretor da Anatel **Artur Coimbra**, é vista como importante para a perspectiva em relação ao futuro do 6G. O presidente do Conselho Superior do Ceadi, o conselheiro diretor **Alexandre Freire**, afirmou que o evento demonstra o compromisso em garantir que a regulamentação acompanhe os avanços tecnológicos emergentes, incentivando a colaboração e o desenvolvimento de soluções inovadoras. Com informações de: [ASCOM ANATEL](#)

Educação

- **MEC indica à Anatel velocidades e parâmetros para conectividade em escolas.** O Ministério da Educação (MEC) enviou uma [nota técnica](#) em resposta a questionamentos da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) sobre o uso de recursos do Leilão do 5G para projetos de educação conectada. Entre os temas abordados, a velocidade mínima de conexão para escolas atendidas foi destacada, com recomendação de 20 Mbps para conexão via satélite e 50 Mbps para conexão terrestre. Além disso, foram estabelecidos parâmetros de velocidade de conexão para diferentes níveis de ensino. O MEC também confirmou que as próximas fases de projetos do Grupo de Acompanhamento do Custeio a Projetos de Conectividade de Escolas (GAPE) devem focar apenas em escolas de áreas sem acesso adequado à fibra e que a distribuição de equipamentos de informática para as escolas está fora do escopo das iniciativas coordenadas pela Anatel. Segundo o MEC, a aquisição de equipamentos necessários ao ensino é responsabilidade dos estados, Distrito Federal e municípios. Com informações de: [Teletime](#)

Mídias Sociais

- **PF aponta abuso de poder econômico das big techs em campanha contra PL das Fake News.** A Polícia Federal concluiu que grandes empresas de tecnologia, como Google e Telegram, abusaram de seu poder econômico ao atuarem contra a aprovação do projeto de lei das Fake News. Segundo o relatório da PF, as empresas adotaram estratégias questionáveis e de impacto contrário ao projeto, incitando os usuários a atacarem a proposta e fornecendo

resultados de busca enviesados. A corporação aponta que tais práticas tiveram um impacto negativo na atividade legislativa e parecem configurar crime contra a ordem consumerista, por induzir o consumidor a erro. O projeto de lei, que propõe regulação das plataformas digitais e regras para combater a desinformação, estava em tramitação na Câmara e gerou polêmica.

- » O relatório da PF foi anexado a um inquérito aberto em maio, após pedido da Procuradoria-Geral da República. O presidente da Câmara dos Deputados, **Arthur Lira** (PP/AL), havia apontado uma “contundente e abusiva ação contra a aprovação da proposta, caracterizando-a como uma “campanha de desinformação” atentatória à democracia. Tanto o Google quanto o Telegram ainda não se pronunciaram sobre o relatório da PF. Com informações de: [Valor Econômico](#)

- **Em ano eleitoral, Moraes anuncia força-tarefa de combate às 'fake news'**. O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), **Alexandre de Moraes**, defendeu a regulação das redes sociais durante a primeira sessão do ano. Ele anunciou a criação de um grupo de trabalho, em parceria com o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), para combater as “fake news” e fez um apelo ao Congresso para que adote medidas e regulamentação das plataformas. O ministro ressaltou a importância da regulamentação diante das eleições municipais que se aproximam e cobrou responsabilização das redes sociais e empresas de serviços de mensagem pela disseminação de desinformação. Moraes também questionou a falta de transparência nos algoritmos das redes sociais, especialmente no período eleitoral, destacando que a necessidade de controle das redes não é apenas uma questão nacional, mas também internacional. Com informações de: [Valor Econômico](#)
- **Cade se vê ‘preparado’ e mira regulação de ‘big techs’ e economia digital**. O presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), **Alexandre Cordeiro**, afirmou que o órgão está pronto para regular a economia digital e as chamadas big techs no Brasil, devido à relação entre esses temas e a posição dominante das empresas. O Ministério da Fazenda (MF) abriu uma consulta pública para regulamentar esse setor, podendo designar uma nova entidade reguladora ou atribuir a função ao Cade. Ele discutiu a importância de encontrar um equilíbrio entre regulação e inovação. Com informações de: [Valor Econômico](#)

PD&I

- **Conecta Startup Brasil divulga os novos valores para os participantes de cada fase da segunda edição do programa**. O Conecta Startup Brasil anunciou um aumento de 28% no valor das bolsas oferecidas às 100 startups selecionadas para participar do Programa, alcançando um montante total de **R\$ 4.845.000,00** para os 2 anos de execução. Essa ampliação permitirá que as empresas recebam suporte financeiro em 3 fases diferentes do programa, com valores que variam de **R\$10 mil** na fase de conceituação até **R\$68 mil** na fase prática. Segundo **Bárbara Maciel**, líder estratégica da Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro (Softex), esse aporte adicional contribuirá para capacitar e reter equipes qualificadas, especialmente nas fases que demandam mais recursos. Com informações de: [TI Inside](#)

Economia & Tributário

- **Pacheco e Lula se encontram para discutir eleições de MG e MP da reoneração.** O presidente do Senado, **Rodrigo Pacheco** (PSD/MG), se reuniu com o ex-presidente **Lula** (PT) para discutir as eleições de Minas Gerais-MG, a dívida do Estado e a medida provisória (MP) da reoneração. O encontro ocorreu antes da posse do ministro **Ricardo Lewandowski** para o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSO). Lula planeja uma visita a Minas Gerais na próxima semana para anunciar obras federais. As eleições para prefeito de Belo Horizonte em 2024 são de grande importância, pois Minas é decisivo para as eleições nacionais. O PSD de Pacheco buscará a reeleição do atual prefeito, **Fuad Noman** (PSD), enquanto o PT de Lula, aliado de Pacheco, lançou a pré-candidatura de **Rogério Correia** para Belo Horizonte. Com informações de: [Congresso em Foco](#)
- **ENAT restabelece GTI para implementação do CBS e do IBS, no âmbito da Reforma Tributária.** Uma [Resolução](#) publicada pelo Encontro de Administradores Tributários (ENAT) convalida todos os atos praticados pelo Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI), instituído no Protocolo de Cooperação nº 1/2023-ENAT, no período de 21 de dezembro de 2023 até a data de publicação desta Resolução, mantidos os nomes e as funções dos componentes do GTI, previstos na Portaria CGIT nº 1/2023, e ressalvado que eventual alteração futura poderá ser realizada pelo Comitê Gestor de Integração Tributária (CGIT). O referido GTI tem o **objetivo** de prospectar e propor soluções integradas, para operacionalização e implementação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), previstos no âmbito da Reforma Tributária. Além disso, estabelece que a **vigência** do GTI será até a data da implementação do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), tributo previsto no âmbito da Reforma Tributária do Consumo.
- **ICMS sobe em estados e deixa cadeia de telecom em alerta.** A alíquota do ICMS para os serviços de telecomunicações foi aumentada em 4 estados mais o Distrito Federal em janeiro e deve ser elevada em outras 5 unidades federativas até abril, em resposta a mudanças na tributação que beneficiaram o setor. A medida tem como foco recompor a arrecadação estadual, tendo em vista as mudanças previstas pela Reforma Tributária e a essencialidade dos serviços de telecomunicação e energia elétrica, conforme decisões recentes do Supremo Tribunal Federal (STF) e a [Lei Complementar 194/2022](#). Além disso, a aplicação do Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais (FECPS) tem gerado discussões judiciais em alguns estados, motivadas pela criação de alíquotas adicionais para todas as operações, o que contradiz a restrição da competência tributária dos Estados para instituir esse adicional apenas para produtos e serviços considerados supérfluos. Como resultado, as operadoras de telecomunicações estão sob alerta para garantir o cumprimento do princípio da anterioridade em caso de majoração das alíquotas. Com informações de: [Teletime](#)

Administração Pública

- **ANPD publica Relatório de Acompanhamento da Agenda Regulatória do segundo semestre de 2023.** A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) divulgou o [relatório atualizado](#) sobre a execução da Agenda Regulatória para o segundo semestre de 2023. O documento informa sobre o andamento dos projetos, destacando a participação da sociedade nos processos de regulamentação. Entre as novidades, os itens 15 (*diretrizes para a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade*) e 16 (*regulamentação de critérios para reconhecimento e divulgação de regras de boas práticas e de governança*) passaram da Fase 2 para a Fase 4. Além disso, a ANPD recebeu 4.569 contribuições da sociedade por meio de Tomada de Subsídios, Consulta Pública e Audiência Pública. Segundo o Coordenador-Geral de Normatização, **Rodrigo Santana**, a participação social desempenha um papel fundamental no processo de normatização, garantindo soluções mais abrangentes e efetivas para a população. Com informações de: [ASCOM ANPD](#)
- **Lewandowski mantém nomes da Senacon e Direitos Digitais. Ricardo Lewandowski** assume oficialmente o cargo de ministro da Justiça e Segurança Pública, mantendo **Wadih Damous** e **Estela Aranha** em suas respectivas funções. Enquanto isso, **Ricardo Cappelli** foi nomeado presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), e **Manoel Carlos de Almeida Neto** assume como secretário-executivo do MJSP. Lewandowski destacou a continuidade das políticas iniciadas pelo antecessor, **Flávio Dino**, e seu compromisso de alinhamento com o ex-ministro. Além disso, o novo ministro da Justiça terá papel crucial no apoio à produtividade da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), buscando recompor o quadro de conselheiros e representantes do governo no Conselho Nacional de Proteção de Dados (CNPd). Com informações de: [Tele.Síntese](#)
- **Perspectivas regulatórias para a Anatel em 2024 - Parte 1.** A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) enfrenta desafios inovadores para moldar seu papel na sociedade brasileira nos próximos anos. Entre os temas discutidos estão expansão da cobertura de infovias na Amazônia, novo Regulamento Geral de Direitos do Consumidor (RGC) e práticas comerciais obscuros. Além disso, a agência planeja projetos de ambientes regulatórios experimentais, [revisão do Regulamento de Segurança Cibernética no setor de telecomunicações](#), substituição de punições por metas E.S.G., simplificação da regulamentação e diversos outros assuntos a serem discutidos ao longo de 2024. A finalidade é adaptar a normatização à rápida evolução tecnológica e promover maior eficiência e transparência no setor. Com informações de: [Teletime](#)
- **Ricardo Cappelli é o novo presidente da ABDI.** O ex-secretário-executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), **Ricardo Cappelli** – [exonerado nesta semana](#) – foi [anunciado como o novo presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial \(ABDI\)](#) pelo vice-presidente da República e ministro **Geraldo Alckmin** (Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços). A Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) está trabalhando em [projetos relacionados à indústria 4.0 e telecomunicações](#), incluindo a [implementação de conexões 5G em plantas industriais e o projeto Conecta 5G](#), que visa a

instalação de luminárias inteligentes em cidades brasileiras. Além disso, a agência está envolvida na nova fase do programa Brasil Mais Produtivo, que tem como **objetivo** impulsionar a transformação digital e tecnológica das micro, pequenas e médias empresas brasileiras, contando com um investimento de **R\$2,037 bilhões** para atender diretamente a 93,1 mil empresas nos próximos três anos. Com informações de: [Teletime](#)

- **Gerente da Telebras, Edson Holanda, forte para cadeira da Anatel.** O advogado **Edson Victor Eugênio de Holanda** desponta como forte candidato para ocupar o cargo de conselheiro vago da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Holanda ocupa atualmente a gerência jurídica da Telebras e conta com o respaldo do ministro **Juscelino Filho** (Comunicações) e do senador **Davi Alcolumbre** (União-AP). Com especialização em Regulação e Proteção de Dados Pessoais, Holanda é considerado um nome forte para ocupar a vaga na Anatel, trazendo consigo uma vasta bagagem acadêmica e profissional no campo do Direito Regulatório e Finanças Públicas. Com informações de: [Tele.Sintese](#)
- **Falta de decreto cria incerteza sobre substituto na Anatel; Raphael Garcia pode assumir.** A falta de um novo decreto presidencial com a lista de superintendentes para ocupar assentos vagos no Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) está gerando incertezas para o funcionamento da agência. Com o vencimento do decreto anterior que instituiu os nomes interinos, o superintendente Nilo Pasquali já deixou o cargo por atingir o limite de tempo para o mandato substituto. Agora, a questão é quem entra no lugar. A Lei das Agências fala na escolha do superintendente “com maior tempo de exercício na função”, porém, há uma discussão sobre a interpretação correta. A tendência é que prevaleça a interpretação mais conservadora e Raphael Garcia se torne o conselheiro substituto. A primeira reunião do Conselho Diretor da Anatel em 2024 está marcada para o dia 8 de fevereiro. Com informações de: [Teletime](#)
- **FNDE estabelece normas para aplicação de sanções no Sistema de Registro de Preços Nacional.** O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), por meio da [Portaria nº 59/2024](#), resolveu disciplinar o procedimento administrativo sancionador aplicável às licitantes e empresas registradas no Sistema de Registro de Preços Nacional (SRP) que descumprirem as condições estabelecidas no instrumento convocatório e/ou ata de registro de preços. Nesse sentido, a norma estabelece os procedimentos e tipos de sanções, dosimetria de multas, e procedimentos de notificação e defesa. As sanções administrativas incluem advertência, multa, impedimento de licitar e contratar por até 3 anos, além da declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por até 6 anos. Destaca-se que a infração administrativa exige conduta voluntária, obedecendo a disposições e condições específicas. Nesse sentido, a personalidade jurídica poderá ser desconsiderada nos casos de abuso do direito para prática de atos ilícitos, e as sanções aplicadas às empresas serão estendidas aos seus administradores e sócios. Além disso, a reabilitação do licitante ou fornecedor estará condicionada à implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade. Esta Portaria entra em 6 de fevereiro de 2024.

Política

- **Rodrigo Pacheco anuncia projetos prioritários para o Senado em 2024.** Após o recesso, o Senado volta com muitos projetos importantes a serem votados ao longo deste ano. Entre eles, estão em destaque temas como a regulamentação da reforma tributária, a revisão do Código Civil (que, de acordo com o presidente da comissão de juristas, o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) **Luis Felipe Salomão**, deve ser entregue em abril um anteprojeto sobre o tema), o uso de inteligência artificial ([PL 5051/2019](#); [PL 21/2020](#); [PL 872/2021](#); e [PL 2338/2023](#)) e a reoperação da folha de pagamentos ([MPV 1202/2023](#)).
 - » A regulamentação da reforma tributária, promulgada em dezembro como [Emenda Constitucional 132](#), é vista como prioritária pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD/MG). A aplicação efetiva da reforma depende da aprovação de projetos de lei que ainda nem chegaram ao Parlamento. Pacheco espera que ao longo de 2024 a reforma tributária se torne real no Brasil, com simplificação tributária e definição de regras sobre a cobrança do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), além da compensação de eventuais perdas de receita para estados e municípios.
 - » Outro ponto importante na pauta é a modernização do Código Civil, com destaque para a inclusão de um livro específico dedicado ao direito digital.
 - » Além disso, o Senado deve votar o marco legal para o uso da inteligência artificial (IA), com proposta que visa garantir direitos ao cidadão impactado pela tecnologia. Com informações de: [Agência Senado](#)

Consultas & Compras Públicas

- **ANPD lança consulta pública sobre anonimização de dados.** Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) abriu [Consulta Pública](#) para melhorar a proposta de “Guia de Anonimização e Pseudonimização para a Proteção de Dados Pessoais”. O **objetivo** é garantir a segurança e a privacidade, desvinculando os dados pessoais do seu titular, permitindo o uso de dados em conformidade com as leis de proteção de dados. A anonimização dificulta a identificação do titular do dado, enquanto a pseudonimização permite a identificação apenas com informações adicionais mantidas separadamente. A consulta está aberta para contribuições de profissionais, acadêmicos, agentes de tratamento e a sociedade em geral até o dia 28 de fevereiro, visando aprimorar o Guia e orientar os agentes de tratamento sobre a anonimização e pseudonimização de dados de forma alinhada com as melhores práticas e a evolução tecnológica.
- **MDIC abre consulta pública para elaboração da Estratégia Nacional de Boas Práticas Regulatórias.** No âmbito da Secretaria de Competitividade e Política Regulatória do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (SCPR/MDIC) e , em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), encontra-se em andamento a [consulta pública nº 1/2024](#), que visa coletar subsídios para a elaboração da Estratégia Nacional de Boas Práticas Regulatórias. As contribuições deverão ser encaminhadas, até 4 de março de 2024, por meio da própria página da consulta. Dúvidas sobre o preenchimento poderão ser esclarecidas por

meio do correio eletrônico: politicaregulatoria@mdic.gov.br, com o assunto “Consulta Pública Estratégia Nacional de Boas Práticas Regulatórias”.

- **Anatel agenda audiência pública sobre revisão do Regulamento de Uso do Espectro.** A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) [divulgou](#), nesta semana, que a audiência pública, destinada à [manifestação sobre os documentos objetos da Consulta Pública nº 65/2023](#), que trata da proposta de Revisão do Regulamento de Uso do Espectro (RUE), será realizada [em 21 de fevereiro, das 9h às 12h](#), na Gerência Regional da Anatel em Fortaleza-CE. Os interessados poderão encontrar mais informações no [portal](#) da Anatel.

Nomeações

- **Reforma Tributária: Novos representantes são designados ao Programa.** Foram divulgadas, nestas terça (30) e quarta (31) as Portarias de Pessoal [nº 163/2024](#) e [nº 166/2024](#), que [designam novos membros para os grupos técnicos e equipes de assessoramento do Programa de Assessoramento Técnico à Implementação da Reforma da Tributação sobre o Consumo \(PAT-RTC\)](#), da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda (SERT/MF).
- **GSI dispensa coordenador-geral de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes em Rede de Governo.** No âmbito do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR) [dispensou](#), nesta semana, [João Augusto Alexandria De Barros](#) da função de coordenador-geral de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes em Rede de Governo, do Departamento de Segurança Cibernética da Secretaria de Segurança da Informação e Cibernética.
- **GSI designa diretor de Acompanhamento de Assuntos Aeroespaciais.** Ainda no âmbito Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR), [Joel de Castro Sales](#) foi [designado](#) para a função diretor de Acompanhamento de Assuntos Aeroespaciais da Secretaria de Coordenação e Assuntos Aeroespaciais.
- **MJSP promove alterações sob nova gestão de Lewandowski.** No âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), foram promovidas uma série de alterações no quadro administrativo do alto escalão. Com o início efetivo do mandato de **Ricardo Lewandowski**, já foram publicadas, dentre as quais destacamos:
 - » a [exoneração](#) de [Flávio Dino De Castro e Costa](#) do cargo de ministro da pasta e conseguinte [nomeação](#) para exercer o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), [a partir de 22 de fevereiro de 2024](#);
 - » a [nomeação](#) de [Manoel Carlos de Almeida Neto](#) para o cargo de secretário-executivo, em substituição [Ricardo Garcia Cappelli](#); e
 - » a [exoneração](#) de [Augusto de Arruda Botelho Neto](#) do cargo de secretário Nacional de Justiça.

- **SG/PR exonera coordenador-geral de Participação Digital.** Nesta semana, foi exonerado Mário Sérgio Oliveira de Queiroz do cargo de coordenação-geral de Participação Digital da Diretoria de Participação Digital e Comunicação em Rede da Secretaria Nacional de Participação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR).

Agendas de Destaque

- Representantes do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), liderados pela ministra **Luciana Santos**, apresentaram o planejamento da 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (5ª CNCTI) ao ministro **Paulo Pimenta** (Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República). O evento, que acontece entre os dias 4 e 6 de junho, busca debater e analisar programas feitos nos últimos anos, montando uma estratégia nacional para os próximos 10 anos com o tema “*Ciência, Tecnologia e Inovação para um Brasil Justo, Sustentável e Desenvolvido*”. O encontro consultivo e democrático conta com a realização de conferências municipais, estaduais, livres e temáticas em todo o país, e busca uma ampla mobilização para a criação de políticas públicas na área. A comitiva do MCTI também buscou apoio de Padilha na divulgação do evento e destacou a importância do presidente **Lula** (PT) para o tema de ciência, tecnologia e inovação. A 5ª CNCTI também foi apresentada a outros ministros e autoridades, como o vice-presidente e ministro **Geraldo Alckmin** (Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços) o ministro **José Mucio** (Defesa) e a ministra **Margareth Menezes** (Cultura).
- Durante o evento em João Pessoa, o ministro **Juscelino Filho** anunciou a expansão da Blitz da Telefonia Móvel para todo o Brasil, com o objetivo de verificar a qualidade do sinal transmitido pelas operadoras e garantir melhorias. Na ocasião o ministro afirmou que a pasta estabeleceu metas de velocidade para 4G e 5G, além de prazos para que as operadoras solucionem problemas de sinal. O Juscelino Filho também destacou a importância do programa Novo PAC, que visa levar mais internet de alta velocidade, serviços públicos digitalizados. A estratégia inclui a expansão do 4G e implantação do 5G, infraestrutura de acesso à internet em escolas e unidades de saúde, com um investimento previsto de mais de **R\$ 6,5 bilhões** até 2026.
 - » Além disso, representantes do MCom recebeu, nesta quinta-feira (1º), representantes da Câmara de Comércio dos Estados Unidos para discutir temas do Grupo de Trabalho (GT) de Economia Digital do G20, como conectividade universal, inteligência artificial e integridade da informação. Estiveram presentes representantes de 10 empresas americanas, dos Ministérios da Ciência e Tecnologia e Inovação (MCTI); da Gestão e Inovação dos Serviços Públicos (MGI); e da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom/PR).
- O Conselho Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) marcou presença na posse do novo ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, nesta quarta-feira (1º). No discurso de posse, o novo ministro destacou que a proteção de dados pessoais será uma das prioridades de sua gestão. A ANPD parabenizou o novo ministro pela investidura no cargo e manifestou confiança em seu trabalho. Além disso, desejou sucesso ao ex-ministro **Flávio Dino** em sua nova função como ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).